

USP/ESALQ colaborou para esclarecer pontos polêmicos do novo Código Florestal

Na tarde de 17 de outubro de 2011 foi realizada, no prédio central da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (USP/ESALQ), uma reunião técnica entre membros do Senado— Jorge Vianna (PT-AC), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Blairo Maggi (PR-MT) e Aloysio Nunes (PSDB-SP) — e um grupo de docente da instituição de ensino, objetivando analisar pontos complexos do novo texto do Código Florestal (PLC 30/2011), então em tramitação no Congresso Nacional. Segundo o professor Ricardo Ribeiro Rodrigues — que atuou como representante da USP/ESALQ junto a um grupo de discussão do Código Florestal da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Associação Brasileira de Ciência (ABC) —, a demanda da reunião surgiu a partir de contato dos senadores Jorge Vianna e Rodrigo Rollemberg, em decorrência da elaboração, por docentes da USP/ESALQ, de um documento abordando os dez principais pontos polêmicos do PLC 30/2011, tendo como base outro texto que havia sido produzido pela SBPC/ABC.

“Foi uma reunião técnica de pesquisa, na qual a comunidade acadêmica colocou à disposição dos senadores seu conhecimento e seu suporte, para a redação sobre artigos específicos. O resultado foi extremamente positivo; em vários momentos conseguimos chegar a consensos”, relatou Rodrigues. Participaram da reunião, pela USP/ESALQ, docentes que



Em primeiro plano (da esq. para a dir.), os senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Blairo Maggi (PR-MT), Jorge Vianna (PT-AC) e Aloysio Nunes (PSDB-SP), durante a reunião técnica na USP/ESALQ, Piracicaba, 17 de outubro de 2011

tinham publicado artigos recentes sobre o Código Florestal: Paulo Yoshio Kageyama e Pedro Henrique Santin Brancalion, do Departamento de Ciências Florestais (LCF); Sergius Gandolfi, do Departamento de Ciências Biológicas (LCB); Gerd Sparovek, do Departamento de Ciência do Solo (LSO); Ademir de Lucas, do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES); Luiz Antônio Martinelli, do Centro de Energia Nuclear na Agricultura (Cena);

e Jean Paul Metzger, do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências (IB) — todos da USP.

Havia, então, expectativas na comunidade científica de que vários pontos do novo projeto de lei, na época em tramitação no Senado, fossem revistos — o que de fato acabou ocorrendo. Como consequência do encontro, em 27 de fevereiro — quando o texto já alterado e votado pelo Senado tramitava na Câmara

dos Deputados –, a ESALQ/USP recebeu dos deputados federais Paulo Piau (PMDB-MG) e Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), para, novamente, debater os temas polêmicos do Código Florestal. Segundo o deputado Mendes Thame, a reunião de outubro entre senadores e docentes da USP/ESALQ havia sido decisiva para as alterações aprovadas pelo Senado: “Foi praticamente o único lugar onde os senadores estiveram”, afirmou o deputado. “Agora que a proposta voltou para a Câmara, tomei a iniciativa de trazer aqui o redator do Código, deputado Paulo Piau, para que ele pudesse ter a oportunidade de ouvir dos professores as observações que foram tão bem-aceitas pelos senadores”.

Os senadores haviam debatido com docentes da USP/ESALQ alternativas de redação para artigos complexos, buscando maior coerência e adequação técnica no conteúdo da legislação com os pressupostos de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Para os docentes, o principal problema no setor não é a política ambiental, mas sim a política agrícola, já que 2/3 de nossas terras agrícolas, disponibilizadas historicamente, estão ocupadas por pastagem de baixa produtividade (1 UA/ha). Devidamente tecnificadas, essas terras poderiam liberar muitas áreas não só para a produção tecnificada de alimentos, como para o cumprimento do Código Florestal atual. A USP/ESALQ procurou demonstrar a viabilidade de se manter o vínculo entre política ambiental e política agrícola.

Na opinião do senador RoleMBERG, que preside a Comissão de Meio Ambiente do Senado, a participação da comunidade científica foi significativa para que o texto final do novo Código se embasasse num discurso amplo e de qualidade: “Podemos conciliar os interesses agrícolas e a preservação do ambiente com investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Nós temos que eliminar essa

falsa dicotomia entre o aumento da produção agrícola e a preservação do meio ambiente. A Embrapa já demonstrou que, nos últimos anos, o Brasil ampliou em 45,8% a sua área plantada e aumentou em 268% a sua produção. Portanto, é através de investimentos em ciência, tecnologia e inovação que nós podemos aumentar a nossa produção agrícola sem precisar avançar sobre novos biomas”, ele afirmou. O diálogo com os pesquisadores na ESALQ foi importante também na opinião do senador paulista Aloysio Nunes. “A conversa foi muito positiva, esclarecedora e nós estamos avançando para ter um Código Florestal que não decepcione”.

Segundo o professor Martinelli, o Brasil é um país privilegiado por ser o único no mundo a possuir uma mega biodiversidade e uma agricultura tropical desenvolvida. Nesse contexto, “o Código Florestal surge a fim de manter a agricul-

tura produtiva e o ambiente protegido. O grande desafio é proteger todos os biomas. É importante compreender que quem vai se beneficiar com essa restauração é a própria agricultura”, explicou. Na opinião do professor Pedro Henrique Brancalion, do Departamento de Ciências Florestais (LCF), o Brasil é, hoje, uma referência mundial em restauração de florestas tropicais: “Muitos professores e pesquisadores do mundo vêm pra cá para conhecer nossos modelos e levá-los para Ásia ou África. Nós já temos as ferramentas necessárias para que essa restauração ocorra”. enfatiza. O professor Ricardo Ribeiro Rodrigues, por sua vez, enfatizou: “Certamente, nós temos problemas na nossa legislação ambiental. O Brasil é um país agrícola, temos que produzir, mas com o diferencial da sustentabilidade. O instrumento necessário para que isso aconteça é o Código Florestal”.



Na mesa à esquerda, equipe de docentes; ao fundo, o diretor José Vicente Caixeta Filho recepciona os deputados federais Paulo Piau (PMDB-MG) e Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) durante encontro na USP/ESALQ; 27 de fevereiro de 2012

BARBARA BUJINGER